| Grupo Parlamentar |

Bloco quer explicações do Governo sobre sobrepesca de atum patudo e acordo alcançado com o Governo da República

O Bloco de Esquerda pede ao Governo que esclareça a situação de sobrepesca de atum patudo verificada este ano e alerta para a possibilidade de Portugal e os Açores virem a ser penalizados pela União Europeia pelo facto de ter sido ultrapassada a quota do país para esta espécie. O Bloco quer, ainda, explicações sobre a "discriminação positiva para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira" relativamente às capturas desta espécie, anunciada pelo secretário regional do Mar e Pescas após encontro com a secretária de estado das Pescas.

Segundo declarações do Secretário Regional do Mar e Pescas, para o ano de 2022, a quota disponível para o atum patudo para Portugal foi de 2.800 toneladas, sendo 85% desse valor atribuído às regiões autónomas dos Açores e Madeira, o que corresponde a 2.380 toneladas.

Num requerimento dirigido ao Governo Regional, o Bloco quer saber o valor das descargas de atum patudo pelas embarcações dos Açores, Madeira e Continente e solicita o envio de cópia do acordo alcançado com o Governo da República, "a troca correspondência que o comprove, ou outra documentação que consubstancie o que foi anunciado".

Tendo em conta que os serviços com competência em matéria de pescas no continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira estão obrigados a informar as associações representativas do setor quando são atingidos 80% da totalidade das possibilidades de pesca desta espécie de atum, o Bloco quer saber se o Governo Regional cumpriu esta obrigação ou não.

Os deputados do Bloco relembram que o Governo Regional revogou a Portaria que regulava o exercício da pescaria de atum patudo na Região, nomeadamente estabelecendo limites de captura por segmento de frota, e desconsiderou os modelos de gestão propostos pelo setor associativo, para a safra de 2022.

Perante este cenário, o Bloco quer saber o motivo para o Governo Regional não ter implementado medidas de gestão que evitassem o encerramento extemporâneo da pesca dirigida a esta espécie, com os consequentes prejuízos económicos daí decorrentes.

Ponta Delgada, 9 de agosto de 2022